

Rivania Selma de Campos Ferreira

De: Maxiley dos Reis Alves Rocha
Enviado em: terça-feira, 24 de maio de 2022 14:49
Para: Rivania Selma de Campos Ferreira
Assunto: ENC: Carta World Heritage Watch - Alerta Parque Iguacu
Anexos: doc00480320220522163957.pdf

De: Sen. Rodrigo Pacheco
Enviada em: segunda-feira, 23 de maio de 2022 18:44
Para: Maxiley dos Reis Alves Rocha <maxiley@senado.leg.br>
Assunto: ENC: Carta World Heritage Watch - Alerta Parque Iguacu

De: maritta.koch-weser@world-heritage-watch.org [<mailto:maritta.koch-weser@world-heritage-watch.org>]
Enviada em: domingo, 22 de maio de 2022 11:32
Para: Sen. Rodrigo Pacheco <sen.rodrigopacheco@senado.leg.br>
Cc: jpocosta@terra.com.br
Assunto: Carta World Heritage Watch - Alerta Parque Iguacu

Você não costuma receber emails de maritta.koch-weser@world-heritage-watch.org. [Saiba por que isso é importante](#)



Berlin, 20 de maio de 2022

**Excelentíssimo Senhor Senador
 Rodrigo Pacheco
 Presidente do Senado Federal**

O Parque Nacional do Iguaçu, Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade da UNESCO e uma das Unidades de Conservação mais importantes do Brasil, encontra-se, novamente, ameaçado.

A *World Heritage Watch*, com sua missão de proteger o Patrimônio Mundial da UNESCO, está monitorando a situação^[1]. Expressamos profunda preocupação com a consideração do Senado Federal em reabrir a extinta “Estrada do Colono”, por meio do **Projeto de Lei da Câmara nº 61/2013** (PLC nº 61/2013).

Mesmo sendo a 2ª Unidade de Conservação mais visitada do Brasil, por brasileiros e estrangeiros que procuram o turismo de natureza, o Parque Nacional do Iguaçu corre o risco de sofrer interferência gravíssima

pela abertura e construção da Estrada do Colono, de quase 18 km, em seu interior, no leito do antigo caminho, fechado pelo Poder Judiciário em decisão transitada em julgado.

Essa construção contraria o real interesse público, uma vez que há extensos estudos que demonstram os malefícios e prejuízos propiciados pela estrada, no período em que esteve aberta.

Além de dividir o Parque ao meio, ferindo sua integridade e colocando em risco sua biodiversidade - o que vai totalmente contra a própria decisão de concessão do título de Patrimônio Natural da Humanidade da UNESCO ainda em 1986 - as forças de segurança do Brasil já demonstraram que a estrada tornava frequente ocorrências como caça ilegal de animais ameaçados de extinção, atropelamento e tráfico da fauna, além de transporte de drogas, armas e mercadorias ilícitas, prejuízos ao turismo e ao desenvolvimento econômico do Paraná, ainda mais grave pela região transfronteiriça em que estava inserida.

O Parque Nacional do Iguaçu foi o primeiro no Brasil a receber o título de Patrimônio Natural Mundial, pela UNESCO, fato que se deu devido ao compromisso do Brasil em manter a área protegida em sua integridade, o que já na época significava fechar e manter fechada a mencionada estrada. Enquanto a Estrada do Colono estava aberta, na década de 1990, a Unidade de Conservação entrou na lista de Patrimônio Natural Em Perigo, chegando muito próximo a perda do título. Na iminência desse acontecimento, em 2001, o Governo brasileiro, cumprindo uma decisão do Poder Judiciário, acertadamente fechou definitivamente a estrada, resgatou o título original e, assim, lançou novamente a região como um dos destinos turísticos mais procurados do Brasil.

Assim, é com consternação que tomamos conhecimento novamente dessa ameaça, por meio do PLC 061/2013. Caso aprovado, o Parque Nacional do Iguaçu corre risco de entrar na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, conforme o parágrafo 180 das Orientações Operacionais da UNESCO, condição que poderá levá-lo a perder o título.

Iguaçu tem significância especial para o Brasil e para o mundo, com mais de 2 milhões de turistas visitando o Parque todos os anos, a maioria estrangeiros. Acreditamos que ter o Parque inserido na categoria de Sítios do Patrimônio em Perigo não seria bom para a imagem do Brasil perante a comunidade internacional.

É ilógico afirmar que uma estrada no interior do Parque Nacional propicia a conservação ambiental e de processos ecológicos, pois apenas para sua construção a floresta seria desmatada, além de tantos outros fatores que nos preocupam, como atropelamentos de fauna, entrada de caçadores e exposição das áreas mais preservadas do Parque a toda sorte de ilicitudes.

Por fim, historicamente, no final do século XIX houve uma intensificação da colonização paranaense via imigração europeia. A instalação dos novos colonos pressupunha a derrubada da floresta e plantio de culturas anuais e a expansão da pecuária. O processo de desflorestamento foi acelerado a partir de 1935, rumo ao Oeste do Paraná, onde a destruição florestal foi mais acentuada para ocupação da região. O resultado foi a eliminação progressiva da cobertura verde do Sul do Brasil.

O Parque Nacional do Iguaçu, criado em 1939 e localizado no extremo Oeste do Paraná, com área total de 185 mil hectares, representa o contraponto a essa devastação, pois é o maior remanescente de Mata Atlântica da região.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, essas são algumas das razões pelas quais o PLC nº 61/2013 deve ser rejeitado. Com isso, o Brasil demonstrará, perante a Comunidade Internacional, que se posiciona de forma positiva no cumprimento de seus acordos e está respeitando as melhores práticas ambientais.

Com base nessas considerações, renovamos préstimos de estima e confiamos que Vossa Excelência tomará a melhor decisão em prol do Brasil e das gerações futuras.

Cordialmente,

Maritta von Bieberstein Koch-Weser
President, World Heritage Watch

Jose Pedro de Oliveira Costa
World Heritage Watch, Brasil

^[1] <https://whc.unesco.org/en/decisions/7828>



WORLD HERITAGE WATCH

Berlin, 20 de maio de 2022

**Excelentíssimo Senhor Senador
Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal**

O Parque Nacional do Iguaçu, Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade da UNESCO e uma das Unidades de Conservação mais importantes do Brasil, encontra-se, novamente, ameaçado.

A *World Heritage Watch*, com sua missão de proteger o Patrimônio Mundial da UNESCO, está monitorando a situação¹. Expressamos profunda preocupação com a consideração do Senado Federal em reabrir a extinta “Estrada do Colono”, por meio do **Projeto de Lei da Câmara nº 61/2013** (PLC nº 61/2013).

Mesmo sendo a 2ª Unidade de Conservação mais visitada do Brasil, por brasileiros e estrangeiros que procuram o turismo de natureza, o Parque Nacional do Iguaçu corre o risco de sofrer interferência gravíssima pela abertura e construção da Estrada do Colono, de quase 18 km, em seu interior, no leito do antigo caminho, fechado pelo Poder Judiciário em decisão transitada em julgado.

Essa construção contraria o real interesse público, uma vez que há extensos estudos que demonstram os malefícios e prejuízos propiciados pela estrada, no período em que esteve aberta.

Além de dividir o Parque ao meio, ferindo sua integridade e colocando em risco sua biodiversidade - o que vai totalmente contra a própria decisão de concessão do título de Patrimônio Natural da Humanidade da UNESCO ainda em 1986 - as forças de segurança do Brasil já demonstraram que a estrada tornava frequente ocorrências como caça ilegal de animais ameaçados de extinção, atropelamento e tráfico da fauna, além de transporte de drogas, armas e mercadorias ilícitas, prejuízos ao turismo e ao desenvolvimento econômico do Paraná, ainda mais grave pela região transfronteiriça em que estava inserida.

O Parque Nacional do Iguaçu foi o primeiro no Brasil a receber o título de Patrimônio Natural Mundial, pela UNESCO, fato que se deu devido ao compromisso do Brasil em manter a área protegida em sua integridade, o que já na época significava fechar e manter fechada a mencionada estrada. Enquanto a Estrada do Colono estava aberta, na década de 1990, a Unidade de Conservação entrou na lista de Patrimônio Natural Em Perigo, chegando muito próximo a perda do título. Na iminência desse acontecimento, em 2001, o Governo brasileiro, cumprindo uma decisão do Poder Judiciário, acertadamente fechou definitivamente a estrada, resgatou o título original e, assim, lançou novamente a região como um dos destinos turísticos mais procurados do Brasil.

Assim, é com consternação que tomamos conhecimento novamente dessa ameaça, por meio do PLC 061/2013. Caso aprovado, o Parque Nacional do Iguaçu corre risco de entrar na Lista do

¹ <https://whc.unesco.org/en/decisions/7828>

Patrimônio Mundial em Perigo, conforme o parágrafo 180 das Orientações Operacionais da UNESCO, condição que poderá levá-lo a perder o título.

Iguaçu tem significância especial para o Brasil e para o mundo, com mais de 2 milhões de turistas visitando o Parque todos os anos, a maioria estrangeiros. Acreditamos que ter o Parque inserido na categoria de Sítios do Patrimônio em Perigo não seria bom para a imagem do Brasil perante a comunidade internacional.

É ilógico afirmar que uma estrada no interior do Parque Nacional propicia a conservação ambiental e de processos ecológicos, pois apenas para sua construção a floresta seria desmatada, além de tantos outros fatores que nos preocupam, como atropelamentos de fauna, entrada de caçadores e exposição das áreas mais preservadas do Parque a toda sorte de ilicitudes.

Por fim, historicamente, no final do século XIX houve uma intensificação da colonização paranaense via imigração europeia. A instalação dos novos colonos pressupunha a derrubada da floresta e plantio de culturas anuais e a expansão da pecuária. O processo de desflorestamento foi acelerado a partir de 1935, rumo ao Oeste do Paraná, onde a destruição florestal foi mais acentuada para ocupação da região. O resultado foi a eliminação progressiva da cobertura verde do Sul do Brasil.

O Parque Nacional do Iguaçu, criado em 1939 e localizado no extremo Oeste do Paraná, com área total de 185 mil hectares, representa o contraponto a essa devastação, pois é o maior remanescente de Mata Atlântica da região.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, essas são algumas das razões pelas quais o PLC nº 61/2013 deve ser rejeitado. Com isso, o Brasil demonstrará, perante a Comunidade Internacional, que se posiciona de forma positiva no cumprimento de seus acordos e está respeitando as melhores práticas ambientais.

Com base nessas considerações, renovamos préstimos de estima e confiamos que Vossa Excelência tomará a melhor decisão em prol do Brasil e das gerações futuras.

Cordialmente,



Maritta von Bieberstein Koch-Weser

President, World Heritage Watch

Jose Pedro de Oliveira Costa

World Heritage Watch, Brasil



SENADO FEDERAL
Presidência

Ofício nº 0919.2022-PRESID

Brasília, 25 de maio de 2022.

À Senhora

Maritta von Bieberstein Koch-Weser

Presidente da World Heritage Watch

maritta.koch-weser@world-heritage-watch.org

Assunto: Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2013.

Senhora Presidente,

Com os cordiais cumprimentos do Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, e, por sua incumbência, venho acusar o recebimento do vosso expediente, datado de 20 de maio do ano corrente, ao tempo de apresentar, de sua parte, manifestação de agradecimento pela contribuição para o bom debate democrático, o que em muito enriquece os trabalhos deste Senado Federal.

2 O vosso entendimento foi remetido à Secretaria-Geral da Mesa, para fins de ciência e eventual encaminhamento à Comissão atinente, mencionando que a Casa também possui, como mecanismo para o exercício da prática democrática, o portal e-Cidadania <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/sobre>, que dispõe de ferramentas para o envio de ideias legislativas, para a participação interativa em audiências públicas e para a consulta pública sobre proposições legislativas. Ao utilizar e divulgar o portal e-Cidadania, estimula-se a maior participação dos cidadãos nas atividades legislativas, orçamentárias, de fiscalização e de representação desta Casa Legislativa.

3 Por fim, reitera-se que o Senado Federal permanece ao alcance da população para o diálogo e para a busca da melhor condução dos temas de interesse da nação.

Atenciosamente,

João Batista Marques

Chefe de Gabinete

(Assinado digitalmente)

